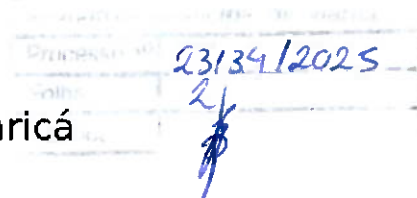


[illegible]



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

**TAMTEX****O PRÓXIMO NÍVEL**

Processo nº	23134/2025
Valor	3
Assinatura	

**ILMO. SR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MARICÁ ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

REF.:

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 31/2025

Processo Administrativo n.º 7056/2025

Data de realização do Pregão: 17/11/2025 - 10:00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

A empresa **TAMTEX DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **05.704.791/0001-54**, sediada à Rodovia Anhanguera, nº 3.995, KM 124, Industrial I, salão 4 e 5, Parque Primavera, cidade de Americana/SP, CEP 13474-000, através de sua representante legal infra assinada, vem muito respeitosamente por meio desta, **IMPUGNAR O EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme dispõe o item **1.8, p. 03**, qualquer pessoa poderá apresentar impugnação até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, estando esta peça portanto, sendo apresentada de forma tempestiva.

**TAMTEX****O PRÓXIMO NÍVEL**

Processo nº	23134/2025
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

II. DOS FATOS

Ilmo(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) da Comissão de Licitações, a Impugnante, obviamente, está interessada em fornecer o mencionado objeto, porém, devido a solicitação de cumprimento à Norma NIJ 0101.06, informada na página 99, no item 5.3.20, esta e muitas outras empresas estão impossibilitadas de participarem da referida licitação, conforme será exposto e defendido. A referida norma é solicitada na descrição do produto, ao tocante das homologações necessárias, vejamos:

6.3. Só serão aceitos coletes à prova de balas homologados pelo Exército Brasileiro, **segundo a Norma NIJ Standard 0101.06**, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, de acordo com a Portaria nº 18, do Departamento Logístico, de 19 de dezembro de 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas. (grifos nossos).

Além disso, não é citado que os coletes devem passar pela normatização de aprovação prevista pelo Exército Brasileiro, de acordo com a Portaria n.º 56/2017 - COLOG, porém a r. Portaria trata de procedimentos administrativos para concessão, revalidação, apostilamento e cancelamento de Registro no Exército, no dispositivo legal citado, não há dizeres sobre a homologação de coletes balísticos.

Já com relação a Portaria n.º 189/2020-EME, aprova as normas regulamentadora dos Processos de Avaliação de Produtos controlados, e neste dispositivo legal é solicitado que a avaliação dos produtos controlados seja realizada de acordo com a NIJ Standard 0101.04, consequentemente, divergindo da solicitação feita no Edital.

A título de conhecimento público, os coletes devem passar pela normatização de aprovação prevista pelo Exército Brasileiro, de acordo com a Portaria Regulamentadora, sendo ela, Portaria nº 18 D-LOG, de Dezembro de 2006, no Capítulo II, da Portaria, no Art. 3º, há novamente uma citação da norma regulamentadora de testes dos coletes balísticos, vejamos:

Art. 3º Os coletes à prova de balas são testados e classificados quanto ao nível de proteção segundo a Norma "NIJ" Standard 0101.04, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América.

De acordo com a breve exposição, já é notório que a solicitação de atendimento às

**TAMTEX****O PRÓXIMO NÍVEL**

23134/2025

5/8

homologações previstas são contraditórias, haja vista que, o próprio Exército Brasileiro, não homologa coletes na NIJ 0101.06, mas será possível validar melhor os dizeres através dos Fundamentos abaixo.

III. DOS FUNDAMENTOS

A Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, art. 5º, institui os princípios que devem ser aplicados às Licitações:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios da legalidade, da impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, **da segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

De acordo com o supracitado dispositivo, depreende-se que a Administração Pública, ao realizar licitações, deve observar os princípios norteadores, sobretudo, o princípio da legalidade ante a obrigatoriedade de sempre realizar **exigências que estejam pautadas na Lei e na realidade do território de aplicação da licitação**, ou seja, deve ser exigida métodos de avaliação validados pelos Dispositivos Legais Brasileiros, já que o Edital tramita em nossos limites geográficos. Dessa forma, respeitando o r. Artigo e normas anteriormente já citadas, devem ser seguidas as homologações de acordo com a NIJ 0101.04.

Além da norma exigida ir contra os dispositivos legais brasileiros, afeta diretamente a segurança jurídica do Edital, pois não há respaldo legal de fiscalização, já que o Exército Brasileiro utiliza apenas a NIJ 0101.04.

Assim como o princípio constitucional da economicidade, expresso no Art. 70 da Constituição Federal de 1988, sobre o qual diz que o Poder Público deve buscar o resultado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, tal Artigo possui relação com o fato de que, a NIJ 0101.06, não tem órgãos públicos fiscalizadores e homologadores no Brasil, desse modo é necessário o investimento maior, cumulativamente, tornando o produto final mais oneroso.

Pois bem, o instrumento convocatório traz em seus termos que o modelo Ostensivo

**TAMTEX**

O PRÓXIMO NÍVEL

Processo	23134/2025
Assunto	
Valor	6
Outros	

DEVE SUPORTAR ATAQUES DE ARMA DE FOGO com os níveis de energia **CORRESPONDENTES AO NÍVEL DE PROTEÇÃO BALÍSTICA III-A, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NA PORTARIA Nº 18 – DLOG DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**, onde, além das determinações contidas na referida Portaria, deverá ser atendida também a norma **NIJ Standard 0101.06** do National Institute Of Justice (NIJ – Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América).

Ocorre, porém, que os coletes balísticos – produto de fabricação, comercialização e de uso controlado, precisam ser avaliados e aprovados pelo Exército brasileiro para a emissão do respectivo Relatório Técnico Experimental (ReTEx), tendo como fonte a norma NIJ 0101.04, conforme se verifica na Portaria nº 18 – D LOG/2006, Art. 3º, senão vejamos:

Art. 3º Os coletes à prova de balas são testados e classificados quanto ao nível de proteção segundo a Norma “NIJ” Standard 0101.04, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América.

Além disso, o mesmo texto traz de maneira meticulosa que as licitações que envolvam produtos controlados pelo Exército, as pessoas jurídicas deverão apresentar o correspondente Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), **EMITIDO PELO EXÉRCITO**; e em caso de importação de colete à prova de balas, o art. 33, inciso II, diz que:

II - os laudos dos testes realizados nos laboratórios estrangeiros, com a respectiva tradução juramentada, **SERÃO SUBMETIDOS AO CAEX PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS “NIJ” STANDARD 0101.04. (grifo nosso)**

Deste modo, quando o edital em seu item QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, diz que o colete deve obedecer às Normas exigidas pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro para este produto, **EM CONFORMIDADE COM A NORMA NIJ STD 0101.06**, está contrariando as diretrizes do próprio Órgão fiscalizador, já que este somente testa, certifica e homologa conforme a norma em vigor no Brasil: NIJ 0101.04.

Ora, Sr(a) Pregoeiro(a), os coletes balísticos sendo, portanto, destinados e fabricados seguindo requisitos estritamente definidos para o desempenho e segurança de cada agente não deve ter uma disposição editalícia claramente restritiva às empresas nacionais, tendo em vista que:

O CAEx necessariamente precisa fazer testes e aprovar os produtos antes de certificá- los para fabricação e comercialização, seguindo a norma NIJ 0101.04 estabelecida pela referida Portaria, pois, antes de qualquer coisa, trata-se de produto estritamente ligado à

**TAMTEX**

O PRÓXIMO NÍVEL

Processo nº	2313/1/2025
Assunto	7/
Classificação	
Assinatura	

segurança do usuário, portanto deve ser **OBRIGATORIAMENTE** eficiente à sua função;

A solicitação do cumprimento à NIJ 0101.06 nas licitações nacionais não deve prosperar, uma vez que mesmo o colete sendo importado, o Exército Brasileiro deve certificá-lo na norma vigente no Brasil, ou seja, a NIJ 0101.04, conforme se verifica no inciso II do art. 33 supramencionado. O que se verifica é que o produto **FABRICADO NO BRASIL COM CERTIFICAÇÃO EMITIDA PELO CAEX É SUFICIENTE PARA LICITAÇÕES NACIONAIS**, tendo em vista que cumpre os requisitos primordiais de documentação, enquadramento normativo e eficácia em seu objetivo balístico.

Ademais, a disposição editalícia de que as empresas deverão possuir certificação NIJ 0101.06, certamente viola o princípio da ampla participação de licitantes, inclusive desta empresa, reduzindo a oferta de produtos e diminuição de valores, já que o Exército brasileiro somente homologa os produtos, nacionais ou estrangeiros, na norma NIJ 0101.04, conforme já exposto.

Neste mesmo sentido, a APROVAÇÃO DO OBJETO deveria depender única e exclusivamente do requisitante, através de testes na amostragem dos produtos, conforme certificação correspondente, seja na NIJ 0101.04 ou na NIJ 0101.06, com o objetivo de verificar sua eficiência balística para qual foi designado.

Cabe dizer que o próprio órgão responsável pela fiscalização e controle desse tipo de material - Exército Brasileiro, não possui estrutura suficiente para aferir a eficácia dos coletes balísticos com certificação NIJ 0101.06, sendo necessário o envio a outros países ou instituições para a realização dos testes.

Em virtude disso, o adquirente terá que desembolsar outros valores para verificar se o lote balístico produzido está apto a ser distribuído aos agentes.

Com efeito, podemos dizer que, de fato, a imposição de certificação pela NIJ 0101.06 foge à razoabilidade de concorrência e valores, não havendo que se falar o mesmo a respeito da NIJ 0101.04, expressamente prevista na Portaria 18 D-Log.

Além disso, cumpre mencionar que os coletes balísticos utilizados pelos profissionais de segurança pública consistem no instrumento para garantir a preservação de sua própria vida e, conseqüentemente, de terceiros, razão pela qual é imprescindível a confiabilidade, segurança e qualidade do produto utilizado.

Vê-se nessa decisão, portanto, um exemplo prático não só da necessidade, mas da obrigatoriedade da Polícia Militar em estabelecer os critérios técnicos e as exigências que possibilitem a maior qualidade das aquisições, bem como o respaldo o devido respaldo para o Estado e seus agentes, neste caso, em exigir também.

**TAMTEX****O PRÓXIMO NÍVEL**

Processo	23134/2025
Fls.	8
Assinatura	

Ante ao exposto, se ainda decidirem manter a decisão da exigência da NIJ 0101.06, solicito a apresentação de uma justificativa plausível, tendo em vista que a apresentada no edital, à fl. 01, constituem a aplicação de um modelo de EPI, nível III-A, uso ostensivo eficiente à proteção do nível solicitado com alta resistência de temperatura, portanto, podendo ser material de alta performance reconhecido, aprovado e homologado pelo Exército brasileiro, conforme previsto na Portaria 18 D-Log.

IV. DOS PEDIDOS

Deste modo, a impugnante requer a Vossa Senhoria o conhecimento da presente impugnação, pois tempestiva, para no mérito, **DAR-LHE INTEGRAL PROVIMENTO**, determinando:

I - O Conhecimento e Provimento desta impugnação.

II - A retificação do requerimento da certificação normativa NIJ 0101.06 para apenas a NIJ 0101.04, assim como a correspondência dos testes nas amostragens em todos os lotes.

Esperando estar agindo de acordo com os trâmites do presente processo licitatório. Aproveito a oportunidade para desejar nossos sinceros votos de elevada estima.

Americana/SP, 10 de Novembro de 2025.

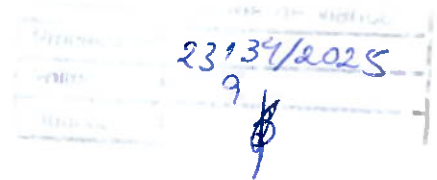


Documento assinado digitalmente
FABIANA SILVERIO BERTAGNOLI
Data: 10/11/2025 13:48:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIANA SILVERIO BERTAGNOLI
SÓCIA-DIRETORA ADMINISTRATIVA
CPF 272.326.048-82



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Manifestação da CPL referente à IMPUGNAÇÃO ao Edital

Processo Administrativo nº: 7056/2025

Pregão Eletrônico 31/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), notadamente coletes de proteção balística com nível de proteção III-A, visando atender às necessidades da Secretaria de Segurança Cidadã do Município de Maricá.

A empresa **TAMTEX DO BRASIL LTDA**, CNPJ: 05.704.791/0001-54, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Portanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, a presente se encontra tempestiva.

II – DAS RAZÕES



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo nº	23139/2025
Valor	10
Assinatura	

Em resumo, a impugnante alega:

- Que o Instrumento Convocatório deveria requerer, ao invés da certificação normativa NIJ 0101.06, a NIJ 0101.04 assim como a correspondência dos testes nas amostragens em todos os lotes.

III – DO MÉRITO

A impugnante alega que devido à solicitação de cumprimento à Norma NIJ 0101.06, o Edital estaria impossibilitando diversas empresas à participarem da referida licitação.

Segundo a empresa, a solicitação do cumprimento à NIJ 0101.06 nas licitações nacionais não deve prosperar, uma vez que mesmo o colete sendo importado, o Exército Brasileiro deve certifica-lo nas normas vigentes no Brasil, ou seja, a NIJ 0101.04.

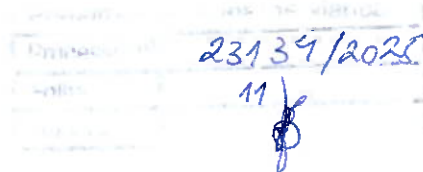
Ainda, conforme alega a impugnante, o produto na Brasil com certificação emitida pelo CAEX seria suficiente para licitações nacionais, tendo em vista que cumpriria os requisitos normativos e eficácia em seu objetivo balístico.

A FLEX NEGOCIOS E SERVIÇOS LTDA solicita que a impugnação seja julgada procedente, com a retificação do requerimento da certificação normativa NIJ 0101.06 para apenas a NIJ 0101.04, assim como a correspondência dos testes nas amostragens em todos os lotes.

Considerando que esta especializada não possui capacidade técnica para opinar acerca dos argumentos apresentados pela impugnante, solicitamos a análise técnica desta impugnação pela Secretaria, para que se manifeste formalmente sobre a pertinência e a necessidade de inclusão ou alteração dos requisitos apontados, visando garantir a legalidade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme determina a legislação vigente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



IV – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, encaminha-se a presente impugnação à secretaria requisitante para que delibere sobre as alegações técnicas e jurídicas levantadas.

Maricá, 10 de novembro de 2025.

De acordo

Giovanni Barboza Xavier
Agente de Contratação/Pregoeiro
Mat. 3001170



SECRETARIA DE
SEGURANÇA CIDADÃ

PREFEITURA DE
MARICÁ
CIDADE QUE CUIDA, TRANSFORMA E INSPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 23134/2025

Data de Início: 10/11/2025

Rubrica:  Fls. 12

À Comissão Permanente de Licitação

Respostas aos pedidos de esclarecimento do Edital

Resumidamente, trata o presente de resposta a Impugnação do Edital realizada pela empresa **TAMTEX DO BRASIL LTDA**, relacionado ao Pregão nº 90031/2025 – processo 7056/2025, cujo objeto é a aquisição de coletes balísticos.

Em linhas gerais, a empresa questiona a utilização da norma Norma Técnica NIJ Standard - 0101.06 em detrimento de da Norma Técnica NIJ Standard - 0101.04.

Inicialmente há que se esclarecer que as normas do Exército Brasileiro não estabelecem que apenas coletes que atendam à norma técnica NIJ 0101.04 sejam aceitos no Brasil, nessas normas são definidos requisitos mínimos a serem seguidos pelas empresas nacionais, o que não impede que essas tenham certificação NIJ 0101.06. Ademais, a Portaria 189-EME/2020 estabelece que as certificações dos produtos controlados, como os coletes balísticos, devem ser realizadas por um Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC) designado pelo Exército e acreditado pelo INMETRO ou por um órgão de acreditação signatário de acordos reconhecidos, conforme disposto no art. 18 do Decreto 10.030, de 2019. Assim, coletes balísticos que possuam outras certificações, a exemplo da NIJ 0101.06, devem ser aceitos, desde que sejam emitidas por órgãos de acreditação reconhecidos.

Nesse contexto, considerando os princípios da ponderação, razoabilidade e legalidade - art. 5º da Lei 14.133/2021 -, **o gestor público não pode exigir requisitos inferiores aos estabelecidos pelo Exército Brasileiro**. No entanto, levando em conta as circunstâncias específicas e a realidade do órgão envolvido, é essencial que, em defesa do interesse público, exija requisitos superiores aos mínimo estipulados nas legislações.

Destaca-se ainda que a Portaria nº 281, de 21/05/2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que aprova a Norma Técnica sobre Coletes de Proteção Balística de emprego na Segurança Pública (NT-SENASP nº 003/2021), estabeleceu:



SECRETARIA DE
SEGURANÇA CIDADÃ

PREFEITURA DE
MARICÁ
CIDADE QUE CUIDA, TRANSFORMA E INSPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 23134/2025

Data de Início: 10/11/2025

Rubrica: *[assinatura]* Fls. 43

“Esta NT-Senasp estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional de segurança pública. **A base desta Norma Técnica é a Norma NIJ 0101.06**, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos, com a inclusão de requisitos técnicos e ensaios adicionais.”

Isto porque a NIJ 0101.06 possui critérios de teste mais rigorosos em comparação com a NIJ 0101.04. Isso inclui testes adicionais de resistência impactos múltiplos e a condições ambientais extremas (com umidade e temperatura) que garantem que os coletes mantenham sua eficácia em uma variedade de situações e ao longo do tempo, tornando as exigências da Norma NIJ0101.06 mais desejáveis, se os coletes balísticos forem destinados ao uso diário, como o caso da presente licitação.

Ao contrario do alegado pela empresa, a norma NIJ 0101.06 não traz em seu conteúdo a utilização de coletes preferencialmente femininos, mas sim, no item 3.31, apresenta a previsão de estruturas não planas, trazendo como exemplo coletes corporais femininos com bojos e placas rígidas curvas. Já nos parâmetros aplicados aos testes de resistência balística, no item 7.8.1, informa os métodos para a realização dos testes nos coletes que apresentem dobras, costuras ou outras descontinuidades.

Por fim, acrescenta-se que alguns órgãos públicos no Brasil passaram a exigir tal certificação, conforme aquisições abaixo:

- a) Governo do Rio de Janeiro, ao divulgar Termo de Referência, do Processo Administrativo SEI -360068/000095/2020 para futura aquisição de coletes balísticos para a Polícia Civil;
- b) Edital do PP. CMB-340/0013/20, Processo: CMB-2020340031 – Polícia Militar de São Paulo;



SECRETARIA DE
SEGURANÇA CIDADÃ

PREFEITURA DE
MARICÁ
CIDADE QUE CUIDA, TRANSFORMA E INSPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 23134/2025

Data de Início: 10/11/2025

Rubrica: 7 Fls. 14

- c) Anexo II, do edital do Pregão Eletrônico 07/2020, Processo Administrativo 08657.119600/2019-56, do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro;
- d) Câmara dos Deputados, Licitação nº 131/2023;
- e) Casa Militar do Governo do Estado de Rondônia;
- f) Assembleia Legislativa de Rondônia;
- g) Supremo Tribunal Federal;
- h) Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

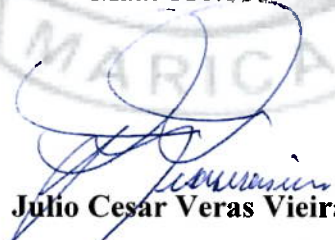
Desta forma, não há que se falar em adequação ou substituição dos termos do edital, visto que ao considerar os princípios da legalidade e economicidade, bem como os aspectos técnico expostos, exigir na licitação a que os coletes femininos devem possuir bojo demonstra que a Administração pretende resguardar o bem mais precioso, que é a vida e a saúde de seus servidores e para tanto, deve exigir os melhores e mais seguros equipamentos de segurança, razão pela qual não acolhe as alegações da impugnante.

Maricá, 13 de novembro de 2025.


Ellen Do Nascimento Souza

Coordenadora Geral – Jurídico

Mat.: 110.181


Julio Cesar Veras Vieira
Secretário de Segurança Cidadã

Mat.: 113.506

DE ACORDO